

PROJETO DE LEI Nº 78/2009



SÚMULA: Altera a alíquotas do ISSQN da LEI 294/2003, especificamente para os itens 12, 15 e 21 da Lista de Serviços.

A Câmara Municipal de Campo Magro, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1°. Fica alterada a alíquota do *Item 15*, da Lista de Serviços da Lei 294/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

em geral.5%





15.04 - Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive
atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e
congêneres5%
45.05 Codestro eleboração do figha cadastrol, renovação cadastrol
15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral
e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de
Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos
cadastrais5%
15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes
e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de
documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou
com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos;
transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário;
devolução de bens em custódia5%
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em
geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-
símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive
vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada,
fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a
contas em geral, por qualquer meio ou processo
15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição
cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e
avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou
contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços
relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins5%
15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens
inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia





alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços
relacionados ao arrendamento mercantil (leasing)5%
15.10 - Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou
pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de
câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados
por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento;
fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento;
emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e
documentos em geral5%
15.11 - Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de
protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais
serviços a eles relacionados
15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliário 5%
15.13 - Serviços relacionados a operações de câmbio em geral,
edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de
câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança
ou depósito no exterior, emissão, fornecimento e cancelamento de
cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e
demais serviços relativos a carta de crédito de importação,
exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de
mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio5%
15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e
manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito,
cartão salário e congêneres5%
15.15 - Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços
relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de





contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclu	sive em
terminais eletrônicos e de atendimento	
15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancela	amento e
baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e simila	ares, por
qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transfer	rência de
valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusi	ve entre
contas em geral.	
comae em geran m	
15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, canc	elamento
e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão	5%
15.18 - Serviços relacionados a crédito imobiliário, ava	aliação e
vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica,	emissão,
reemissão, alteração, transferência e renegociação de	contrato,
emissão e reemissão do termo de quitação e demais	serviços
relacionados a crédito imobiliário	5%"
Art. 2°. Fica alterada a alíquota do Item 21 , da Lista de Serviços da Lei 294/3	2003 que
	2000, que
passa a vigorar com a seguinte redação:	
"21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	
21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais	5%"
Art. 3°. Fica alterada a alíquota do Item 12, da Lista de Serviços da Lei 294/	2003, que
passa a vigorar com a seguinte redação:	
passa a vigorar com a cogamic vesa,	
"12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.	Ja.
12.01 – Espetáculos teatrais	3%



12.02 – Exibições cinematográficas
12.03 – Espetáculos circenses
12.04 – Programas de auditório
12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres3%
12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres
12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres
12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres
12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não3%
12.10 – Corridas e competições de animais
12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador
12.12 – Execução de música
12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres
12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo
12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres





12.16 -	 Exibição 	de filmes	s, entrevist	tas, musicai	s, espetácu	los,
shows,	concertos,	desfiles,	óperas, c	competições	esportivas,	de
destreza	a intelectual	ou congêr	neres		3	%"

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campo Magro, em 17 de dezembro de 2009.

JOSÉ ANTONIO PASE Prefeito Municipal

Aprovado em Discussão
Por 18 112 109
Sala das Sessões 18 112 109

Aprovado em 2. Discussão
Por tector or porto
Saia das Sessões, 21 /12/09

Prestaente



JUSTIFICATIVA

A legislação tributária do Município de Campo Magro/Pr possui alíquotas para incidência do Imposto Sobre Serviços (ISSQN) com percentuais aquém do limite máximo exaurido pelo comando do art 8º da LC 116/2003. O referido imposto integra o rol das Receitas Próprias Municipais, sendo que, compete à municipalidade atuar de forma autônoma, com a devida previsão legal, na alteração e ajustes dessas alíquotas.

No caso em tela, no que tange aos serviços descritos no Item 15 (e ss.) - "Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito", a alíquota atualmente praticada é de 3%, enquanto, os serviços descritos no Item 21. (e ss) – Serviços de registros públicos, cartorários e notários, tem alíquota fixada em 2%. O presente Projeto de Lei, busca a alteração das alíquotas com fixação do percentual de 5% para os itens 15 e 21 na sua totalidade, sendo que, os novos percentuais propostos estão pautados nos limites permitidos pela legislação pátria, e, ainda, cabe anotar que a alteração irá contribuir para a eficiência tributária do município.

Não obstante, deve-se lembrar que, compete ao ente federado atuar de forma proba e eficaz no que diz respeito aos impostos de sua competência, nesse sentido a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 11º traz:

"Art. 11 – constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, prevista e efetiva arrecadação de

fu.



todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação"

Anota-se ainda, que as constantes reduções no repasse do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) comprometem o orçamento municipal e impõem a necessidade do ente federado em buscar outras formas para melhorar a arrecadação tributária.

Por fim, o Projeto de Lei, traz a redução da alíquota dos serviços contemplados no Item 12 (e ss.) — Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres, de 5% para 3%, por se tratar de atividades voltadas ao lazer e entretenimento, na maior parte de baixa lucratividade com eventos não permanentes, que não impactam na arrecadação municipal. Ou seja, atividades de recreação sob os quais a administração municipal não julga necessário aplicar alíquotas elevadas, para não prejudicar a inserção cultural em nossa municipalidade.

A redução proposta para o item 12, se conjugada com as novas alíquotas propostas para os itens 15 e 21, não configura renúncia de receita fiscal.

